



A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO (1952-1963): origem e contradições sócio-políticas

RITA DE CÁSSIA GOMES NASCIMENTO*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre a análise do processo histórico e político de implantação e atuação da Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) no Maranhão (1952-1963). Situa-se, portanto, no campo da História e da Política Educacional. Pretende-se expor as aproximações iniciais ao processo de pesquisa.

Nos limites desse texto, busca-se discutir, de forma específica, a origem histórica e natureza política e ideológica da CNER no Maranhão. Incluem-se, nesse sentido, as relações e mediações entre o Estado, as elites agrárias, os acordos internacionais firmados entre Estados Unidos da América (EUA) – no contexto do pós Guerra com os governos do Brasil das décadas de 1950 e 1960 – o papel da Igreja Católica, além dos homens e mulheres da zona rural; então denominados como “rurícolas” e não camponeses, como os discursos contra-hegemônicos de época os identificavam. Como pano de fundo, insere-se a problematização do lugar político da CNER no Maranhão (1952-1963) referente à conflitualidade em torno da questão da terra e a organização do campesinato, sobretudo nas áreas de abrangência da política em foco.

Como uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo (BARROS, 2004), o estudo da educação rural não deve ser deslocado de outras dimensões concretas fundamentais como é o caso das mediações do Estado e da economia, isso porque essa última não se separa da primeira e se constitui elemento primordial para explicação das relações sociais, dentro das articulações importantes que se dão na relação infra-estrutura e superestrutura (MARX, 1998). Parte-se da noção de Estado a partir da perspectiva gramsciana, como uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política – estas componentes fundamentais ao funcionamento da estrutura de poder estatal (GRAMSCI, 2000). Rejeita, assim, a visão de estudo sobre o Estado limitada ao viés institucional ou como entidade “superior” à sociedade que o produz e o molda.

*Professora - IFMA/ Campus São Luís Maracanã. Mestre em Educação/ UFMA.



Desse modo, as reflexões realizadas buscam contribuir na ampliação dos estudos sobre a “questão rural e a questão educacional” na história e política da educação maranhense. Historicizando, sobretudo, a educação rural enquanto política educacional elaborada, predominantemente, de forma verticalizada. Essa opção teórico-metodológica permite que se evidencie uma crítica histórica capaz de contribuir para o movimento organizativo dos sujeitos campesinos hoje, no sentido da superação de paradigmas hegemônicos e, conseqüente, construção organizada e intencional de um paradigma contra-hegemônico feito *pelos* e para os sujeitos *do* campo, como é o caso da proposta político-pedagógica da Educação do Campo (CALDART, 2007).

No tocante ao estado da arte, segundo Damasceno e Beserra (2004), as pesquisas sobre a educação rural têm crescido dado o contexto político em que se evidencia a organização e luta dos trabalhadores rurais, entre as décadas de 1980 e 1990. No sentido de aprofundar o debate historiográfico, aponta Mendonça (2007) que, tanto obras seminais acerca do ensino agrícola no Brasil – produzidas desde início do século XX -, quanto estudos mais contemporâneos, partilham duas características: a) a escassa preocupação com o resgate do objeto em sua perspectiva histórico-processual e b) a pouca atenção que este ramo do ensino, em seus vários níveis, vem merecendo de parte dos especialistas os quais, via de regra, limitam-se à pesquisar sobre ensino primário em seu âmbito urbano e, mesmo assim, restringindo-se ao período entre 1930 e 1945, com ênfase ao período da Gestão Gustavo Capanema junto ao MEC e “seu” Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola. Outro elemento refletido por esta autora é a tímida problematização realizada sobre a relação entre Estado e Educação Rural, existindo, assim, estudos que pouco correlacionam a Sociedade Política-Sociedade Civil-Ensino Rural, subestimando a conflitualidade inerente à própria dinâmica de funcionamento do Estado na configuração de suas políticas, inclusive as educacionais.

Os estudos bibliográficos específicos a essa área de estudo, no Maranhão, são escassos, destacando-se aqui os trabalhos intitulados “Movimento de Educação de Base - MEB: discurso e prática (1961-1967)”, produzido por Rapôso (1985); “O Projeto João de Barro: uma experiência oficial de educação popular no Maranhão”, de autoria de Kreutz (1982).

De forma geral, estudos de história e política da educação maranhense começaram a ser produzido na década de 1980, destacando-se como estudos mais notáveis: Andrade, 1984; Cabral, 1984; Lacroix, 1982; Pinto, 1982; Rodrigues, 1993; e Saldanha, 2008. Nos últimos



anos, novos estudos se ampliaram sob influência da *Nouvelle Histoire*, porém, arrisca-se afirmar, que a maioria se concentra em temáticas e problemáticas de cunho urbano. Em relação aos que se refere à relação intrínseca com as análises em torno da política educacional para o campo, os poucos existentes situam-se mais especificamente na história do ensino agrícola, enfocando as instituições, como Aprendizados, Patronatos e Colégios Agrícolas (CASTRO, 2011; NASCIMENTO; 2010, 2012; SÁ, 2008). Destes, poucos estudos avançam nas relações de construções analíticas que abrangem a Educação Rural e/ou Ensino Agrícola no campo das mediações teóricas entre Trabalho, História, Contradição, Totalidade e Hegemonia; campesinato, educação, ruralização, política educacional, Estado e Sociedade civil.

2 O SURGIMENTO DA CNER (1952-1963): projeto político-pedagógico de poder e controle

A CNER fora criada pelo Ministério da Educação e Cultura em 09 de Maio de 1952 no contexto do 2º mandato de Getúlio Vargas como presidente da República. Porém, somente em 27 de Março de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek é oficialmente regulamentada, passando a dispor de verbas próprias por meio dos Decretos nº 38.955 e nº 39.871 (RCNER, 1956, v. 3, p. 10 apud BARREIRO, 2010). A partir de 1960, a CNER começa a entrar em decadência até encerrar em 1963, vésperas da instauração do golpe militar.

De forma geral, a CNER representou, segundo Barreiro (2010), a primeira política pública nacional expressa através de ação sistematizada para o meio rural, via programa educativo e de assistência técnica, que, em termos discursivos, buscava tentar romper com práticas e experiências descontínuas anteriores. A Campanha era definida entre seus promotores como “força renovadora de costumes, de práticas, de padrão de vida, que vem das próprias forças que sempre existem em estado latente em todas as comunidades, forças essas que se exploram com recursos científicos de que se dispõe” (RCNER, 1954, v.1, p.11 apud BARREIRO, 2010).

Tais recursos, em sua maioria, eram ofertados e definidos por meio de acordos internacionais firmados com os Estados Unidos da América. É importante destacar que, desde 1945, fora firmado o primeiro convênio entre Ministério da Agricultura do Brasil e a *Inter-American Educational Foundation Inc.* (cooperação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, agência do governo estadunidense) que objetivava aperfeiçoar o ensino de técnicas



agrícolas aos países periféricos. Tal questão escamoteava-se sob um discurso de aproximação interamericana de ajuda técnica e humanitária, através do intercâmbio de ideais e métodos pedagógicos entre os países via *Programa Truman à América do Sul*, chamado *Ponto IV*, com o envio de técnicos para examinar as necessidades de cada país, por se considerar um auxílio mais eficiente, como meio de combater ao comunismo, cuja infiltração chegou, em certo momento, a preocupar seriamente os líderes democráticos (MENDONÇA, 2007).

Destaca-se, nesse processo, a criação do Escritório Técnico de Agricultura- Brasileiro-Americano (ETA) fora um órgão binacional criado em 1953 no Rio de Janeiro com o objetivo de fomentar as relações de elaboração de políticas de “desenvolvimento comunitário” aos países periféricos mediante projetos específicos ligados à Extensão e Crédito Rural. Para tanto, o auxílio técnico e educativo utilizava-se de conceitos e metodologias que apontavam para a “ressignificação da própria noção de educação rural” apoiada nas categorias do desenvolvimentismo e forte conteúdo discursivo civilizatório de poder e controle (MENDONÇA, 2007).

Em 1952, ano de fundação, deu-se início à uma fase formativa com o quadro técnico que daria sustento à condução da Campanha. Estes foram preparados por curso de Educação de Base. O primeiro curso de treinamento desta natureza ocorrera em 05 de Março de 1952, em Pinhal (SP) e deste saíram os formandos que passaram atuar nas primeiras missões rurais em RS, PR, Sul de MG e RJ.

Neste mesmo ano, fora instalado o Centro de Treinamento na Escola Agrônômica em Cruz das Almas (BA) onde saíram os primeiros treinados (médicos, agrônomos, assistentes sociais, professores, enfermeiras, agentes de economia doméstica e sacerdotes) para atuarem na BA, AL, CE e RN. Na esfera ideológica, a CNER visava acomodar as populações pobres do campo em torno de um discurso de modernização rural próprio do contexto de expansão industrial da década de 1950.

Em 1955, como política social surge o Serviço Social Rural (SSR) que se destinava a prestação de serviços médico-sanitários, ao desenvolvimento dos setores da economia doméstica, artesanato, recreação, indústrias rurais caseiras e Educação de Base. Importante destacar que esta última compôs um dos eixos da CNER, tendo sido adotada pela UNESCO como estratégia importante para seus projetos, sobretudo de alfabetização e combate à pobreza, para os países periféricos desde sua criação em 1945. Denominada de Educação de



Base ou Educação Fundamental esta pode ser definida como via de adequação dos “rurícolas” ao plano de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, os fins da Educação de Base passavam pela promoção da “integração social”, a “harmonia” e o “aumento da produtividade”. Tais pressupostos estão alicerçados em fundamentos de várias vertentes que incluíam o funcionalismo, o neotomismo, o anticomunismo e a pedagogia da Escola Nova. De forma geral, tais concepções objetivavam a integração e paz social via, entre outros: progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e afirmação do capitalismo como sistema necessário.

Metodologicamente, a CNER baseava-se na atuação tanto na educação formal quanto na informal. Nesse aspecto, ofertavam-se cursos e treinamentos para professores e técnicos ligados às escolas rurais. No que tange a dimensão não formal, expressava-se através dos encontros, reuniões, assistência técnica rural relacionadas à definição de modos de viver e produzir no cotidiano da população, através da “educação dos costumes” e formação de nova cultura para o trabalho.

As práticas sustentavam-se em um território amplo de atuação orientados a partir de eixos norteadores, a saber: 1. Estudos e Pesquisas da realidade social, cultural e produtiva do lugar; 2. Treinamentos técnicos a partir das demandas reconhecidas; 3. Missões Rurais e 4. Divulgação. A primeira dimensão da Campanha tratava de diagnosticar previamente as áreas rurais antes da instalação. Nesta fase, investigava-se o tipo de solo, as técnicas agrícolas adotadas, as instituições, os tipos de lideranças existentes e os meios de comunicação a serem utilizados. Após isso, o setor de treinamento tratava da formação do pessoal técnico e do planejamento dos cursos de educação para professores (as) rurais e líderes locais. O Setor de Missões Rurais acompanhava, subsidiava e fiscalizava as atividades das Missões Rurais, admitindo, ainda, técnicos formados pelos cursos oferecidos. E, por fim, o Setor de Divulgação sistematizava e comunicava as informações, difundindo as experiências e materiais sobre a Educação de Base (BARREIRO, 2010).

No contexto da CNER, as Missões Rurais constituíram-se grande suporte das ações e organicidade da política através de programa educativo. Consistiam num conjunto de ações articuladas em frentes de trabalho variadas, a saber: Centros de Treinamento de Educação de Base, Centros de Treinamento de Professores e Auxiliares Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Orientação de Líderes Locais e Centros de Treinamento de Cooperativismo.



É importante colocar que, a escola era considerada o “elemento viabilizador”, porém, com o avanço da influência da Guerra Fria nos países periféricos a escola passa a ser substituída por agências de cunho assistencialista, social e técnico. Tais agências adotam um modelo de educação rural, que não divergia essencialmente do já existente, mas inseriram novos elementos. Um deles foi a preocupação com a qualificação da mão-de-obra rural adulta, em detrimento de educar a infância. Nesse caso, assumira três funções específicas: “imobilização” da força de trabalho no campo, “neutralização” dos conflitos sociais rurais e, por fim, “qualificação” da mão de obra, assumindo uma feição de “escola de trabalho”, assentando-se, primordialmente, na dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual (MENDONÇA, 2007).

Desta forma, toma-se a CNER em seu sentido ampliado composto por um todo complexo que incluiu sociedade civil e sociedade política e, portanto, uma multiplicação de vontades coletivas conservadoras de forte caráter classista no embate pela hegemonia capitalista (GRAMSCI, 2000). Problematizar a mediação do Estado nesse processo implica analisar os embates entre interesses hegemônicos e os aparelhos privados de hegemonia. Nesse processo, o essencial para a análise do Estado e das políticas públicas é tomá-las enquanto resultado do embate entre frações de classe distintas, em disputa pela inscrição de seus projetos junto “as agências de Estado em seu sentido restrito” (MENDONÇA, 2007, p. 16).

No Maranhão, como em alguns estados brasileiros, a preocupação com o ensino agrícola é anterior ao século XX e pode ser demarcada no século anterior com as primeiras propostas de criação de instituições dessa natureza, como é o caso da Escola de Agricultura Prática, rejeitada pela Assembleia Provincial em 1851. Cinco anos mais tarde, nova proposta surgira e somente fora regulamentada pelo Chefe de Província Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá em 1858 (MEIRELES, 1995). Havia uma inquietação oficial acerca da educação prática agrícola, que estava intrinsecamente ligada à influência dos países estrangeiros e o melhoramento da lavoura a partir da educação dos trabalhadores. Considerava-se o incentivo à instrução técnica como saída e pouco se debatia as condições de vida e de produção a que esses sujeitos estavam submetidos. Outras instituições de ensino agrícola foram criadas no início do século XX, porém com funcionamento precário.

A partir da década de 1950, a educação rural, no Maranhão, ampliou as múltiplas intencionalidades, entre elas a fixação do homem à terra em que vive, adaptando-o ao seu



meio e mantendo-o em seu lugar de forma pacífica e ordeira. Tratava-se da necessidade de reter trabalhadores no campo e evitando o inchaço das cidades e desordenamento da sociedade industrial e urbana em construção. Era preciso manter o trabalhador no campo e socializá-lo de acordo com o pensamento político hegemônico, a partir da construção de uma mentalidade ruralista. Para tal, a escola e o assistencialismo-extensionista rural seriam elementos estratégicos privilegiados ao projeto de “unidade, harmonia e crescimento nacional” no contexto da complexa estrutura agrária vigente.

2.1 A CNER NO MARANHÃO (1952-1963): agentes e trajetória

A população do Maranhão, entre 1950 e 1960, apontava, respectivamente para 82,6% e 81,4% de percentual de concentração na área rural. A vida dos homens e mulheres do campo maranhense era marcada fortemente por contradições sociais, educacionais e econômicas extremas. Importante destacar que, nesse período, o latifúndio continuava sendo o pólo por onde se produzia e circulavam os produtos de posse dos grandes donos de terras o que permite inferir que o processo de ocupação de terras deu-se à margem de uma política sistemática e igualitária com permanências dos conflitos e violência no campo maranhense até os dias atuais.

Diante disso, as tensões sociais, naquele momento, inspiravam preocupações da burguesia nacional, sobretudo, com a ampliação a partir das décadas de 1950 e 1960, das experiências de lutas camponesas em várias regiões do Brasil, como fora o caso das Ligas Camponesas, que se deram nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas em ocupação, onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros – sertões do Maranhão, Piauí e Bahia e que deram base ao surgimento do sindicalismo rural (ANDRADE, 1986, p.27-8).

As primeiras tentativas de organizações camponesas no Maranhão iniciaram-se em meados da década de 1950, a partir da mobilização nacional de trabalhadores rurais a favor da Reforma Agrária em encontros e congressos nacionais. Desta, surgiu em 1954, com o intermédio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de marxistas independentes (ou cristãos), em São Luís, a Comissão Estadual de Reforma Agrária composta de intelectuais e estudantes. Além desta, em 1956, constituiu-se uma entidade em âmbito estadual com finalidade de organizar e mobilizar as lutas camponesas denominada de Associação dos



Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), considerada um vetor importante que ajudou a potencializar a plataforma do sindicalismo rural maranhense através das associações de trabalhadores rurais vinculadas à esta entidade.

Nesse contexto, em 1952, foram criadas, no Maranhão, Missões Rurais no Município de Bacabal, além do Centro de *Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais* em Coroatá. O processo organizativo nessa região ganhou destaque, nesse mesmo período, pelo fato de os camponeses desta região, organizados em sindicatos, terem desenvolvido uma campanha de massa pela Reforma Agrária, via encontros e atividades políticas e de classes, como fora a organização do “1º de Maio”, em 1962, na cidade de Coroatá (MA).

Neste mesmo ano e mês ocorrera o assassinato de 06 (seis) camponeses em município próximo, Pirapemas (MA), pelos aparelhos repressivos do Estado em defesa do latifúndio. Aponta-se, segundo registros, posterior expansão da CNER em outras regiões do Estado, sobretudo em áreas que tinham como igual marca a presença de conflitos de terras e focos de organização sindical (SOUSA, 2010). Problematiza-se essa relação de expansão, por meio da Igreja Católica em áreas de conflitos de terras, principalmente por que esta instituição continha em seu seio pluralidades ideológicas concernentes ao caráter e intencionalidade da atuação social da Igreja naquele momento.

A Igreja Católica, em meio a esse processo que atingia os municípios e comunidades, começara a engajar-se em questões de ordem social desde a década de 1930, quando novas diretrizes são emanadas das Encíclicas Papais acerca da questão da terra, da defesa da dignidade da vida camponesa e da justiça social. Essa instituição defendia oficialmente uma perspectiva social, porém, sem ferir o direito à propriedade privada dos grandes donos de terras, além da defesa do sistema capitalista.

Em 1950, com a entrada de Dom José Delgado como Arcebispo Metropolitano, crescera a atuação social da Igreja no Maranhão, surgindo movimentos diversos de juventude e a Ação Católica Operária, Cooperativa Banco Rural do Maranhão, Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA), criação da Universidade do Maranhão, entre outros. Desse processo, a MIRA fora uma instância fundamental que dialogou profundamente com a CNER na organização das cooperativas rurais, Semanas Ruralistas e outras atividades formativas. Portanto, a Igreja Católica no Maranhão assumira, assim, a condição de sujeito político, que contribuiu no processo de definição e execução de ações da CNER e afirmação da doutrina social cristã (RAPÔSO, 1985).



Na *VIII Semana Ruralista* promovida pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, em articulação com a Arquidiocese de São Luís (MA), uma das pautas discutidas foram o comunismo e o novo papel dos sacerdotes em relação aos problemas da terra. Sobre essa questão, Dom Delgado afirmara que deveria haver certo comprometimento dos padres nas demandas sociais da terra.

[...] antes que promovam a socialização compulsória do homem do campo, devemos construir-lhe a voluntária, a coletivização livre, escolhida por ele pessoalmente e alcançada pelos meios que ele aceite com satisfação” (BMI, 1958, n.4, p.29). A missão do clero não se resume apenas na sacristia. Para nós, rezar é também desembainhar um facão e abrir caminhos no meio do matagal social comum. Esta é a missão do sacerdote nos dias atuais, na sua missão agrícola, social, econômica e política sobre a atuação direta da Igreja na salvaguarda do homem do campo que se angustia na luta pela terra. (idem, *ibid.*).

Importante destacar, segundo Barreiro (2010), que as análises indicam que a CNER defendeu posições que ora avançavam, ora recuavam no processo de luta pela conquista da autonomia e da cidadania no meio rural, mas de forma localizada. No Maranhão, observou-se que a temática da questão da reforma agrária encontrava bastante presença, sobretudo nas discussões partilhadas com a Igreja. Tal ponto tem sentido na discussão em torno da necessidade de chamar a atenção do Estado para a intermediação dos conflitos entre fazendeiros e camponeses para normatização da ordem e suposta harmonia entre classes sociais. Sobre isso, o Relatório da Campanha afirmara que

A CNER, por sua vez, reconhecia que o aumento do latifundiário prejudicava a capacidade econômica no município, diminuía o número das pequenas propriedades e o trabalho, provocando o êxodo rural (BMI, 1958, n.21). Para estudar esses problemas e propor soluções, o padre José Macedo Costa promoveu a *X Semana Ruralista de Colinas*, em agosto de 1959, com a missão rural do Vale do Mearim (MA). Ao relatar os resultados do evento, a Campanha aponta que, embora tivesse havido certo respeito em discutir assuntos de reforma agrária (dadas às condições latifundiárias do município) a *X Semana Ruralista de Colinas* já apresentou, como resultado concludente e objetivo da sua realização, o loteamento para 25 famílias, de um terreno devoluto, do Estado. (idem, *ibid.*). No município de Pedreiras (MA), o Estado possuía grande extensão de terras agricultáveis, sem o devido aproveitamento. Após entendimentos com o governo foram encaminhadas soluções favoráveis aos habitantes rurais, na esperança de que o “[...] Estado, em breve, venda pequenas glebas de terra em suaves prestações ou mesmo aforá-las aos elementos que habitam o meio rural de Pedreiras” (RCNER, 1959, v.8, p.134).



A CNER, portanto, defendia a idéia de que a população camponesa era assolada pela condição de carências extremas, por acomodar-se e manter-se como “peso morto” improdutivo. Era visto como meio de inculcar nas crianças, em tenra idade, atitudes e valores do labor intenso e criativo, onde a garantia de melhores condições de vida era sua responsabilidade. Desviava, portanto, a culpa pela produção histórica da miséria social no campo maranhense na falta de vontade de homens “ignorantes e bárbaros”. Sobre isso, afirmava-se que “homem do campo é antes de tudo um sujo. Não que o queira, mas porque não sabe viver limpo e não sabe porque não lhe ensinaram isso. Os pés do rurícola sustentam a nudez consequente à sua ignorância, as suas pernas desprotegidas constituem para os répteis e insetos uma presa indefesa.”.. (RCNER, 1955, v.2, p.82 apud BARREIRO, 2010, p.112). Definia-se, portanto, que este estado era fruto da ausência de cultura civilizatória.

Dentro desta lógica, as ações da CNER no Maranhão de natureza formal e informal construía-se através de uma dinâmica verticalizada, com forte teor pragmático e elitista, em que o trabalhador rural que residia naquele espaço era tratado como ser carente e atrasado, dentro de uma concepção evolucionista/otimista/patriótica/entusiasta da educação, que o faria sair da condição de ignorância, segundo a ideologia dominante. Em contrapartida, resguardava o ataque ideológico às concepções que potencializavam a luta e resistência camponesa, fomentado pelo ideário comunista que circulava nas reuniões e organizações de classe no campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se considera a educação rural como categoria historicamente determinada, deve-se ter em mente que as intenções político-formativas que determinaram o seu caráter sofreram modificações com o tempo, em decorrência das alterações sofridas pelas relações de produção no seio da sociedade sob regime capitalista. Não é possível, portanto, falar de uma educação rural *in abstracto, em geral* e a-histórica (MARX, 1998). Não há, portanto, uma unidade ao se abordar tal conceito, que é fundamentalmente histórico e perpassado pela política e conflitualidade no âmbito das lutas de classes.

Desta forma, buscou-se levar em consideração, enquanto estudo pautado na totalidade dialética, que a política da educação rural no Maranhão entre 1950 e 1960 não se separa da realidade nas suas íntimas leis e relações, ou seja, do Estado nacional-desenvolvimentista –



regime político em voga – e seu ideário de acomodação das populações pobres do campo à um discurso de modernização rural próprio do contexto de expansão industrial da década de 1950. Tal discursividade de poder encontrava-se sob controle das elites políticas e econômicas, que, por sua vez, ajudaram a determinar a realidade histórica de contradições e negações de direitos aos trabalhadores do campo. Isso porque “todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas” (BARROS, 2004, p. 15).

O Estado em que se busca abordar nesse artigo, portanto, é antes de tudo uma relação social construída a partir de uma base material capitalista constituída pela exploração de classe, pela submissão da vida social às exigências do mercado e da mercantilização da própria vida. Nesse sentido, é importante discutir que a CNER fora, enquanto todo complexo, a reunião de interesses políticos e econômicos diversos, conforme os grupos que ali se relacionavam no âmbito do alcance da hegemonia. O Estado, assim, em sua presença ou ausência no âmbito das proposições das políticas sociais, particularmente as educacionais, devem ser pensadas na perspectiva do movimento, tensão e contradição (BARREIRO, 2010).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso Educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís, UFMA/ Secretaria de Educação, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARREIRO, IMF. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. <<http://books.scielo.org>>.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDART, Roseli. **“Sobre Educação do Campo”**. In: Anais do III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiânia, de 02 a 05 de Outubro de 2007.

CASTRO, César Augusto. **Ler, Plantar e colher: o ensino agrícola no Maranhão Imperial**. In: FARIA, Regina Martins de & COELHO, Elizabeth Maria Beserra. São Luís: EDUFMA, 2011.

DAMASCENO, Maria Nobre & BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V.30, N.1, P.73-89, Jan/Abr, 2004.



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KREUTZ, Arno. **O Projeto João de Barro**: uma experiência oficial de educação popular no Maranhão. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1982.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Educação na Baixada Maranhense (1822-1889)**. São Luís: SECMA, 1982.

MARX, Karl. Prefácio da 1ª Edição. In: **O Capital**: crítica à Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MEIRELES, Mário. **Junta Comercial do Estado do Maranhão**. São Luís: JUCEMA, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **ESTADO NOVO E EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**: O projeto de “ruralização” das escolas municipais, em São Luís. / Rita de Cássia Gomes Nascimento. – (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Educação/ UFMA. São Luís, 2010.

_____. O Ensino Agrícola e escolas rurais no Maranhão entre 1930 e 1940: ações e contradições das políticas educacionais. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira & CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues (orgs.). **Questão Agrária, Movimentos Sociais e Educação do Campo**. Editora CRV: Curitiba, 2012.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1982.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base (MEB)**: discurso e prática – 1961-1967. Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 1. SEDUC/ UFMA, São Luís, 1985.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão**: do Europeísmo ao Nacionalismo – Política e Educação. São Luís: SIOGE, 1993.

SALDANHA, Lílian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SÁ, Jean Magno Moura de. **O público e o privado no ensino agrícola no Maranhão: do início ao ruralismo pedagógico**. IFMA – Campus São Luís – Maracanã, 2008.

SOUSA, Baltazar Macaíba. “Conflitos de terra e sindicatos rurais no Maranhão (1950 a 1964). In: CARVALHO, Claunísio Amorim (org.). **Pergaminho Maranhense**: estudos históricos. São Luís: Café & Lápis, 2010.